

## **MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL (12/2021)**

### **CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN**

**Santo André, 16 de novembro de 2021.**

#### **PARTICIPANTES**

##### **Poder Público:**

- Eriane Justo Luiz Savóia – secretária executiva e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA);
- Lilian Chinez Moreno – representante suplente da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos (SEMASA);
- Nilson Oliveira Bispo – representante titular do Departamento de Manutenção e Obras (PSA);
- Eudes Farina Grandolpho – representante suplente do Departamento de Resíduos Sólidos (SEMASA);
- Cleonice de Almeida Pinto – representante titular da Gerência de Controle Ambiental do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA);
- Sílvia Regina Ziantonio Morisco – representante titular da Secretaria de Educação (PSA);
- Claudia Mayumi Matayoshi – representante suplente da Secretaria de Educação (PSA);
- Mayra Caroline de Moura Silva Arcaño – representante da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (PSA);
- Rosimeire Cândida B. Clemente – representante titular da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos (PSA);
- Paulo Henrique Borges de Oliveira – representante titular da Secretaria de Meio Ambiente (PSA);
- Zilda Rodrigues de Lima – representante titular da Secretaria de Saúde (PSA);

- Márcio Moreno – representante titular do Departamento de Proteção e Defesa Civil – Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos (PSA).

**Sociedade Civil:**

- Eduardo Gobatti – representante titular da Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA);
- Alexandre Almeida Oshiro – representante titular do Clube da Família do Parque Andreense;
- Olga Ferreira Mendes – representante suplente do Clube da Família do Parque Andreense;
- Valéria Clednev – representante titular do Conselho de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense;
- Flávia Sousa Gehrke – representante titular da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC);
- Josenilda Maria da Silva – representante titular do Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores em Núcleos Habitacionais de Santo André (MDDF);
- Maíra Soares Galvanese – representante titular do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC (MDV);
- Raquel Fernandez Varela – representante suplente do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC (MDV);
- Gláucia Bueno Quirino – representante titular da Ordem dos Advogados do Brasil – 38ª Subseção de Santo André (OAB);
- Elena Maria Rezende – vice-presidente e representante titular da PROLEG – Promotoras Legais Populares de Santo André;
- Helton Alves da Costa – representante titular do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP);
- Marcio Lísias Barone – representante suplente do Sindicato dos Químicos do ABC;
- Wheber Lopes da Silva – representante titular do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo André (SINDSERV);
- Ricardo Hideo Taniwaki – representante titular da Universidade Federal do ABC (UFABC).

**Convidados:**

- Davi Augusto Vieira – Secretaria Executiva do COMUGESAN;
- Renata Freitas – Consultoria Ambiental (CONAM);
- Paloma Alvarez – Coordenadoria de Comunicação Social (SEMASA);
- Maria Fernanda;
- Victor Dimitrov;
- Henrique Gallucci;
- Daniela Banov – Centro Logístico GLP Ribeirão Pires;
- Gabriella de Vargas;
- Francisco Arnaus;
- Ana Paula de S. Gama – Consultoria Ambiental (CONAM);
- Marcos Scarpioni;
- Andreia Maura Moura;
- Caue Colodro;
- Clayton Cardoso;
- Vivi Alves;
- Rô Marks;
- José Rogério Moreira Santana;
- Inia Carneiro.

**PAUTA**

- Informes da Plenária;
- Informes da Secretaria Executiva;
- Informes do CMPU, CONDIVIS e Colegiado da Ouvidoria;
- Aprovação da memória da Reunião Extraordinária Virtual de 05/10/2021;
- Aprovação dos relatórios do Grupo de Trabalho – Infrações e Processos Ambientais – Reunião realizada em 12/11/2021;
- Proposições e questionamentos;
- Assuntos:
  - ✓ Esclarecimentos sobre o Parecer elaborado pelo Grupo de Trabalho Parque do Pedroso relacionados ao Centro Logístico GLP Ribeirão Pires pela empresa CONAM – Consultoria Ambiental;
  - ✓ Apresentação da Escola Municipal de Educação Ambiental Tangará pela Secretaria Municipal de Educação.

## **ABERTURA**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) informou que conduzirá a presente reunião, pois o Presidente Gilvan Ferreira de Souza Júnior (SUP/SEMASA) não poderá comparecer ao evento.

## **INFORMES DA PLENÁRIA**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se a plenária gostaria de registrar algum informe.
- A plenária não se manifestou.

## **INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA**

- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que todos os conselheiros receberam os relatórios de reincidências e licenças ambientais emitidas no mês de outubro de 2021. Perguntou se a plenária gostaria de tecer alguma consideração a respeito dos documentos.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) comentou que em um dos relatórios emitidos pelo GT de Infrações e Processos Ambientais há um deferimento para uma solicitação de conversão de valor de um Auto de Infração Ambiental em melhorias para o Parque do Pedroso. Perguntou quais tipos de melhoria foram aprovadas.
- Cleonice de Almeida Pinto (GCA/SEMASA) respondeu que as melhorias correspondem à reforma dos banheiros e do playground do Parque do Pedroso, e à aquisição de brinquedos novos e adaptados. Acrescentou que serão instalados palitos de concreto na tentativa de melhorar o cercamento nos limites da Unidade de Conservação.
- Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SEMASA) informou que, de acordo com as Leis nº 9738/2015 e nº 10306/2020, é necessário realizar a formação do Comitê de Educação Ambiental, com a representação de 26 membros, sendo 13 do Poder Público e 13 da Sociedade Civil. Diante disso, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho dedicado à confecção de Edital de Convocação para eleição dos representantes da Sociedade Civil que integrarão o Comitê de Educação Ambiental.

- Elena Maria Rezende (PROLEG), com base na proposição da conselheira Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SEMASA), perguntou aos membros da Sociedade Civil do Comugesan quem gostaria de participar do Grupo de Trabalho sugerido.
- Glaucia Bueno Quirino (OAB) manifestou interesse em participar do Grupo de Trabalho pela Sociedade Civil.
- Wheber Lopes da Silva (SINDSERV) manifestou interesse em participar do Grupo de Trabalho pela Sociedade Civil.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) manifestou interesse em participar do Grupo de Trabalho pela Sociedade Civil.
- Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SEMASA) informou que os representantes do Poder Público do Grupo de Trabalho serão divulgados em breve aos conselheiros.
- Comentou que o calendário de prazos das eleições para o Conselho Gestor do Parque do Pedroso foi alterado, pois houve prorrogação do período referente às inscrições das entidades. Apresentou a plenária as alterações realizadas (detalhes no slide abaixo):

<b>Inscrições</b>	<b>11/10 a 26/11/2021</b>
<b>Análise da Documentação</b>	<b>29/11 a 03/12/2021</b>
<b>Publicação Resultado da Habilitação</b>	<b>06 e 07/12/2021</b>
<b>Prazo para Recursos</b>	<b>13 a 17/12/2021</b>
<b>Publicação Resultado dos Recursos</b>	<b>20 e 21/12/2021</b>
<b>Inscrição de eleitores</b>	<b>17/01 a 11/02/2022</b>
<b>Eleição</b>	<b>15/02/2022</b>
<b>Publicação Resultado da Eleição</b>	<b>17 e 18/02/2022</b>

- Elena Maria Rezende (PROLEG) pediu ao Davi Augusto Vieira (Convidado – Secretaria Executiva do Comugesan) que informasse ao Conselho as inscrições que já foram realizadas.
- Davi Augusto Vieira (Convidado – Secretaria Executiva do Comugesan) informou que até o momento foram efetivadas quatro inscrições: pelo segmento Associação de Moradores, o Coletivo Amigos do Pedroso; pelo segmento ONG ou Entidade de Pesquisa Científica, a Associação Ambientalista Verde Que Te Quero Vivo e a Universidade Federal do ABC; pelo segmento Entidade Cultural, o Santuário Nacional da Umbanda e o Núcleo Assistencial e Educacional A Caminho da Luz (NAECAL).
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se a plenária aprova a proposta de alteração do calendário do processo eleitoral do Conselho Gestor do PNMP.
- A plenária manifestou-se a favor da proposição.

#### **INFORMES DO CMPU, CONDIVIS E COLEGIADO DA OUVIDORIA**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) solicitou que os representantes do Comugesan que possuem cadeira no CMPU, CONDIVIS e Colegiado da Ouvidoria, deem informações atualizadas a respeito das discussões realizadas nesses conselhos.
- Davi Augusto Vieira (Convidado – Secretaria Executiva do Comugesan) informou que houve indicações para todos esses conselhos, porém, a única solicitação formal de indicação foi feita pelo Colegiado da Ouvidoria.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) informou que não tem certeza se há representação do Comugesan no CMPU.
- Josenilda Maria da Silva (MDDF) confirmou que não representa mais o Comugesan no CMPU, por ter sido indicada formalmente para o Colegiado da Ouvidoria.

- Raquel Fernandez Varela (MDV) sugeriu que seja feita na próxima reunião ordinária a escolha de um representante do Comugesan para compor o CMPU.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se a plenária concorda com o encaminhamento sugerido.
- A plenária aprovou a decisão.
- Josenilda Maria da Silva (MDDF) informou que foi realizada a primeira reunião com o novo Ouvidor. Esclareceu que será elaborado um novo modelo de ouvidoria, a fim de incluir pautas referentes a questões ambientais. Sugeriu que os membros da presidência da Ouvidoria sejam incluídos no Comugesan para acompanhar os debates realizados.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) solicitou que a conselheira Cleonice de Almeida Pinto (GCA/SEMASA) dê os informes sobre o CONDIVIS.
- Cleonice de Almeida Pinto (GCA/SEMASA) informou que participa do CONDIVIS como representante do SEMASA. Esclareceu que houve somente duas reuniões para a revisão do regimento interno do colegiado. Acrescentou que o CONDIVIS atualmente se encontra em fase de processo eleitoral.

#### **APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 05/10/2021**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se a plenária tem alguma consideração a fazer sobre a memória.
- A plenária não se manifestou. Portanto, a memória foi aprovada.

#### **PROPOSIÇÕES E QUESTIONAMENTOS**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se a plenária gostaria de registrar alguma proposição e questionamento.
- A plenária não se manifestou.



- Raquel Fernandez Varela (MDV) informou que em 08/12/2021 haverá nova audiência pública na Câmara dos Vereadores de São Paulo a respeito das atividades poluidoras do Polo Petroquímico de Capuava. Acrescentou que propôs aos vereadores a participação do Semasa, para que este preste esclarecimento à população a respeito dos procedimentos de reclamação e denúncia contra poluição sonora e atmosférica.

### **APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DO GT DE INFRAÇÕES E PROCESSOS AMBIENTAIS – REUNIÃO DO DIA 12/11/2021**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou à plenária se todos estão de acordo com os relatórios.
- A plenária não se manifestou. Portanto, os relatórios foram aprovados.

### **ESCLARECIMENTOS SOBRE O PARECER ELABORADO PELO GRUPO DE TRABALHO PARQUE DO PEDROSO RELACIONADOS AO CENTRO LOGÍSTICO GLP RIBEIRÃO PIRES PELA EMPRESA CONAM – CONSULTORIA AMBIENTAL**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) informou que a apresentação será feita pela CONAM, a consultoria ambiental contratada pelo Centro Logístico GLP Ribeirão Pires para elaboração de Relatório Ambiental Preliminar (RAP).
- Renata Freitas (Convidada – CONAM) informou que a exposição tem por objetivo prestar os esclarecimentos necessários aos questionamentos e apontamentos realizados pelo Comugesan a respeito do Relatório Ambiental Preliminar (RAP) apresentado pelo empreendedor.
- Iniciou a apresentação exibindo as três glebas impactadas pelo empreendimento (A, B e C). Esclareceu que a gleba B será a área de implantação do Centro Logístico, já as demais serão destinadas a ações de conservação e preservação ambiental.
- Por meio de uma recapitulação histórica do processo de licenciamento ambiental, comentou que o Parecer Técnico de Viabilidade de Localização (nº 16101121) emitido pela Cetesb em 21/03/2019 foi favorável, com indicação de estudo a ser realizado. Informou que foi definida a necessidade de estudo com avaliação de impacto: Relatório Ambiental Preliminar (RAP). Em 31/03/2021, esclareceu que a Cetesb



disponibilizou o processo digital e o RAP ao Semasa, considerando que o empreendimento está inserido na Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal do Pedroso.

- Ana Paula Souza Gama (Convidada – CONAM) informou que os esclarecimentos prestados nessa reunião comporão o processo do RAP. Apresentou o primeiro ponto observado pelo Comugesan: a justificativa do empreendimento revela a influência do Rodízio Metropolitano e do Rodoanel para a ocupação do terreno em questão, situado em APRM da Represa Billings. Esclareceu que no RAP há outras justificativas para a implantação do Centro Logístico: a localização estratégica da área; o crescimento da demanda pelo e-commerce; a tipologia do empreendimento que proporciona uma ocupação ordenada do território com baixa densidade populacional e a geração de emprego e renda.
- Apresentou o segundo ponto observado pelo Comugesan: o RAP não apresentou o estudo de alternativa locacional, limitando-se a exibir o layout de ocupação da área considerada menos impactante em relação à intervenção. Alegou que por tratar-se de terreno com limites físicos bem definidos, dentro da área de matrícula, procurou-se ocupar as áreas já antropizadas, de modo a concentrar a ocupação em uma área próxima à mancha urbana e isolar e preservar a outra porção do terreno, situada nas proximidades da represa.
- Apresentou o terceiro ponto observado pelo Comugesan: a área onde se propõe a implantação do empreendimento (Gleba B) é classificada como Subárea de Conservação Ambiental pela Lei Estadual e seu Decreto Regulamentador, que estabelecem diretrizes específicas de planejamento e gestão. Informou que no RAP apresentado registrou-se o entendimento de que o empreendimento cumpre as diretrizes de ocupação de área, destacando que ele servirá de barreira à ocupação desordenada e irregular na região.
- Apresentou o quarto ponto observado pelo Comugesan: o RAP afirma que não se espera impactos ambientais ao Parque Natural Municipal do Pedroso. Comentou que, ao contrário do apontamento feito pelo órgão técnico, o PNMP foi incluído na Área de Influência Direta (AID), dada a importância ambiental da Unidade de Conservação.
- Apresentou o quinto ponto observado pelo Comugesan: é necessário que o RAP apresente de forma clara os quantitativos de hectares de

vegetação nativa a serem suprimidos e compensados. Informou que foi proposta uma compensação florestal no total de 13,784 hectares. Acrescentou que na fase de Licença de Instalação será detalhado o programa de recomposição florestal.

- Apresentou o sexto ponto observado pelo Comugesan: o estudo de fauna foi insuficiente, considerando que a sua realização se deu em período de inverno e estação seca, o que acabou não permitindo a identificação de muitas espécies de alta relevância ecológica. Informou que o diagnóstico realizado, embora contendo poucas espécies de alguns grupos, conseguiu elaborar conclusões e analisar a fauna local, com indícios satisfatórios de que ela se mostra carente de espécies de alta sensibilidade a impactos antrópicos.
- Apresentou o sétimo ponto observado pelo Comugesan: o estudo de mastofauna não considerou mamíferos de pequeno porte. Explicou que, por uma questão metodológica, seria necessária obtenção de autorização prévia para realizar a amostragem. Ademais, acrescentou que os mamíferos de médio e grande porte serviram ao estudo proposto.
- Apresentou o oitavo ponto observado pelo Comugesan: o estudo aponta riscos de atropelamentos e morte dos animais durante a fase de implantação e operação do empreendimento. Informou que ainda serão detalhados os Programas de Resgate e Afugentamento de Fauna e de Monitoramento de Fauna.
- Apresentou o nono ponto observado pelo Comugesan: o estudo não menciona existência ou interferência em bens de patrimônio histórico, em nível estadual ou municipal, tampouco na Zona de Amortecimento do PNMP do Pedroso ou se há incompatibilidade de uso com relação à proximidade com a CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos. Informou que em 14/05/2021 o IPHAN manifestou-se favorável à continuidade do licenciamento do empreendimento. Com a relação à CBC, entendeu-se desnecessário algum tipo de manifestação.
- Apresentou o décimo ponto observado pelo Comugesan: não há clareza no RAP de como serão tratadas as invasões que incidem sobre a área do empreendimento. Informou que não há incidência de invasões dentro dos limites da área do empreendimento, mas nas áreas limítrofes. Acrescentou que essa questão está sendo tratada nas aprovações municipais.

- Apresentou o décimo primeiro ponto observado pelo Comugesan: o estudo deve abordar os impactos ambientais derivados do efeito de borda da alteração da mobilidade urbana. Informou que o PNMP foi incluído como Área de Influência Direta, com a identificação e avaliação de todos os impactos.
- Apresentou o décimo segundo ponto observado pelo Comugesan: sugere-se a inclusão de um parecer técnico do Planejamento Urbano e Planejamento de Trânsito/Mobilidade, frente a possível indução de ocupações irregulares e aumento de tráfego na região. Informou que estão em tratativa as aprovações necessárias referentes ao trânsito. Com relação aos impactos socioambientais, alegou que estes também foram objeto de análise e proposição de medidas mitigatórias. Quanto à previsão de tráfego nas vias internas do Parque, esclareceu que será direcionado à Avenida Papa João XXIII.
- Apresentou o décimo terceiro ponto observado pelo Comugesan: realização de audiência pública para que haja apresentação do empreendedor e esclarecimentos do processo e dos impactos sobre o Parque Natural Municipal do Pedroso. Informou que já ocorreu uma reunião com o município de Ribeirão Pires (CONDEMA e CODUHAB) para uma primeira apresentação e está prevista uma nova ainda em novembro.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) pontuou que na visão do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC o empreendimento é ilegal. Citou o seguinte trecho do parecer técnico redigido pelo Gerente da agência ABC 1 da Cetesb: *“Apesar do projeto em estudo consistir na implantação de empreendimento com finalidade de uso logístico em SCA, mesmo atuando como elemento de pressão demográfica e de tráfego [...]”*. Discordou da alegação de que o Centro Logístico GLP servirá de impedimento a invasões.
- Comentou que a instalação do empreendimento é extremamente incompatível com o Plano Diretor do município de Ribeirão Pires. Frisou que a instalação do Centro Logístico causará devastação de florestas, poluição e impactos negativos sobre as áreas de nascentes, da represa Billings e da Zona de Amortecimento do Parque do Pedroso.
- Quanto ao fato de não haver obrigatoriedade de realização de audiência pública pela CONAM, informou que o MDV está questionando a Cetesb por meio de ofícios e do Ministério Público. Considerou que, no mínimo,

o empreendimento deveria ter apresentado um EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impactos Ambientais).

- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) perguntou se foi realizado algum estudo relacionado à permeabilidade da obra.
- Ana Paula Souza da Gama (Convidada – CONAM) respondeu que serão mantidos em características naturais 90.2% de permeabilidade (aproximadamente 314 hectares).
- Ricardo Hideo Taniwaki (UFABC) ressaltou que gostaria de saber acerca da permeabilidade específica da área onde será instalado o empreendimento.
- Ana Paula Souza da Gama (Convidada – CONAM) informou que a área de instalação está sendo considerada impermeável. Acrescentou que estão previstas no projeto áreas de paisagismo, áreas com pisos permeáveis, mecanismos de reaproveitamento e coleta de águas de chuva.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) pontuou que está de acordo com a manifestação da conselheira Raquel Fernandez Varela (MDV). Comentou que os programas mitigatórios propostos por grandes intervenções no entorno do Parque do Pedroso tendem a não ser detalhados, monitorados e executados. Perguntou, em termos quantitativos, qual é a previsão de oferta de empregos e média salarial, e quais qualificações exigidas. Perguntou, também, quais são as interfaces de programas previstos pelo Centro Logístico com programas do Rodoanel. Observou que no estudo de mastofauna, foi mencionado pela CONAM que haveria necessidade de autorizações para o estudo de mamíferos de pequeno porte. Perguntou qual órgão é responsável por essas permissões, o prazo para que sejam emitidas, e se ainda serão consideradas. Solicitou esclarecimentos quanto ao percentual aplicado à compensação ambiental (5% do valor do empreendimento). Perguntou se houve algum estudo de mobilidade urbana do ponto de vista regional.
- Ana Paula de Souza Gama (Convidada – CONAM) respondeu, em relação ao estudo regional de mobilidade urbana, que não foi feito, pois foram considerados somente os municípios de Ribeirão Pires e Mauá. Quanto ao percentual aplicado à compensação ambiental proposta, informou que pela Lei do SNUC nº 9985/2000

(Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) a obrigatoriedade de considerar 5% do valor do investimento do empreendimento vale somente quando se apresenta EIA/RIMA. Em relação às autorizações para o estudo de mamíferos de pequeno porte, o órgão responsável é o DEFAU (Departamento de Fauna) vinculado à Secretaria de Meio Ambiente estadual. Acrescentou que a Cetesb exigiu um estudo de ictiofauna para a próxima etapa do RAP. Comentou que a autorização se faz necessária quando há previsão de captura e manipulação de animais, levando cerca de três a quatro meses para ser concedida. Quanto à quantidade de empregos ofertados, informou que serão geradas vagas diretas e indiretas, porém, não soube precisar em números as contratações. Esclareceu que será feito um levantamento de dados acerca da média salarial solicitada para, posteriormente, informar ao Comugesan.

- Máira Soares Galvanese (MDV) reiterou que está de acordo com as falas das conselheiras Elena Maria Rezende (PROLEG) e Raquel Fernandez Varela (MDV). Perguntou se houve alguma nova devolutiva da Cetesb em relação ao RAP, considerando as indicações e apontamentos complementares ao Parecer Técnico emitido pelo Semasa. Pontuou que não há como prever os impactos de fauna, sem levar em consideração o estudo dos mamíferos de pequeno porte.
- Ana Paula de Souza Gama (Convidada – CONAM) informou que no momento o empreendimento está aguardando a finalização da análise da CETESB. Explicou que desde o protocolo do RAP, a CONAM recebeu alguns Comunicados do órgão licenciador com exigências técnicas. Acrescentou que o parecer do Comugesan está sendo apreciado para futura manifestação da CONAM.
- José Soares da Silva (Convidado) informou que é morador de Rio Grande da Serra e que atua como Presidente do MDV. Considerou que um EIA/RIMA traria melhor embasamento técnico e teórico para a análise ambiental do empreendimento. Pontuou que o conteúdo do RAP é precário, e que não dialoga com os preceitos da preservação ambiental.
- Alexandre Almeida Oshiro (Clube da Família do Parque Andreense) pontuou que não há projetos compatíveis com princípios de preservação e conservação ambiental. Perguntou à plenária se houve algum projeto lançado em 2021 (educação ambiental, turismo ecológico, etc.) condizente com as leis que protegem os mananciais.



- Considerou importante a realização do estudo de mamíferos de pequeno porte, pois é necessário conhecer com profundidade todos os impactos referentes à fauna. Perguntou o porquê não se tem as informações de coleta dessa categoria de mastofauna.
- Ana Paula de Souza Gama (Convidada – CONAM) respondeu que foram realizados os estudos de vegetação e fauna. No entanto, esclareceu que os mamíferos de pequeno porte não foram cogitados no momento do planejamento e elaboração do RAP. Acrescentou que todos os estudos de fauna foram realizados por biólogos especialistas em avifauna, mastofauna e herpetofauna. Comentou que os estudos de vegetação foram realizados por engenheiros florestais, agrônomos e biólogos. Informou que o RAP seguiu rigorosamente o roteiro definido pelo órgão licenciador.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) solicitou que a CONAM envie ao Comugesan a anuência concedida pela Prefeitura de Ribeirão Pires para uso de área de reserva ambiental por um empreendimento particular.
- Helton Alves da Costa (SEESP) perguntou como será feito o tratamento dos resíduos atmosféricos, líquidos, sólidos etc. e qual será a estimativa de impactos provenientes da emissão de gases de efeito estufa. Questionou os impactos gerados pelo esgotamento sanitário e cinza.
- Ana Paula de Souza Gama (Convidada – CONAM), quanto à anuência de Ribeirão Pires para uso de área de reserva ambiental, respondeu que a CONAM obteve certidões da Secretaria de Meio Ambiente do município, certidões do uso do solo para todas as matrículas. Informou que, no momento, está em análise o parecer com relação ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Esclareceu que, após a obtenção da Licença Prévia, será iniciada a segunda etapa de aprovação, com a obtenção de todos os alvarás de projeto de terraplenagem.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) enfatizou que necessita da anuência emitida pela Prefeitura de Ribeirão Pires para uso de área destinada a reserva ambiental.
- Ana Paula de Souza Gama (Convidada – CONAM) informou que para o tratamento de efluentes há previsão de interligação com o sistema público. Esclareceu que o esgoto será encaminhado pelo município de Mauá, com lançamento de efluentes de característica doméstica.



- Quanto aos resíduos gerados, há previsão de coleta seletiva e destinação por meio de parcerias com empresas privadas, durante a fase de instalação e operação. Acrescentou que não foi realizado nenhum estudo relacionado ao impacto atmosférico do empreendimento.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) agradeceu os esclarecimentos prestados pela CONAM. Propôs que as convidadas respondam algumas dúvidas da plenária registradas no chat da reunião.

### **ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) informou que foi registrada a solicitação da anuência da Prefeitura de Ribeirão Pires para cessão de área de reserva ambiental ao empreendedor (Centro Logístico GLP em Ribeirão Pires). Solicitou o encaminhamento pela CONAM de todos os documentos atualizados referentes ao licenciamento. Propôs que sejam inseridos no chat da reunião os links de acesso a todos os estudos realizados pela CONAM. Sugeriu que seja requisitada a participação do Consórcio Intermunicipal para se posicionar a respeito do empreendimento em questão. Perguntou se a plenária gostaria de registrar mais algum encaminhamento.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) sugeriu que seja solicitado o número de empregos gerados e a média salarial dos contratados.
- Ana Paula de Souza Gama (Convidada – CONAM) respondeu que para a fase de implantação são estimados cerca de 380 empregos de forma direta e cerca de 1.200 de forma indireta. Perguntou se os encaminhamentos registrados na reunião serão formalizados por meio de ofício.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) respondeu que será feito o encaminhamento pela Secretaria Executiva do Comugesan.
- Ana Paula de Souza Gama (Convidada-CONAM) informou que pedirá vistas à CETESB do processo digital do licenciamento para disponibilizar o link ao Comugesan.

### **APRESENTAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TANGARÁ PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) informou que o segundo item da pauta, em decorrência do tempo dedicado ao primeiro item, terá de ser reprogramado. Perguntou se a plenária decide por manter a apresentação da EMEA Tangará.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) sugeriu que seja agendada uma reunião extraordinária para a Secretaria de Educação apresentar o assunto.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) pediu para a plenária manifestar-se a favor ou contra a proposição.
- A plenária aprovou a sugestão. Em uma reunião da Comissão de Pauta será definido o agendamento.

#### **JUSTIFICATIVA DE FALTAS**

- Justificou ausência nesta reunião: Superintendência do SEMASA.

#### **ENCERRAMENTO**

- Elena Maria Rezende (PROLEG) agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória assim redigida e devidamente aprovada, deverá ser oportunamente assinada por:

**Elena Maria Rezende**  
Vice-Presidente do Comugesan

**Eriane Justo Luiz Savóia**  
Secretária Executiva do Comugesan  
Diretora do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa

